



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Nesta Edição:

- *Plenário do Senado Federal conclui votação do distrato*
- *CTASP aprova dispensa de depósito recursal para as microempresas e reduz à metade o valor referente às empresas de pequeno porte*
- *CTASP aprova projeto que prevê lavagem das vestimentas dos empregados pelo empregador quando os expuserem a agentes nocivos à saúde ou ao meio ambiente*
- *CVT rejeita a isenção de 60% do IPI sobre veículos automotores novos adquiridos em troca de veículos usados com mais de 17 anos de registro*
- *CDEICS realiza audiência para debater as perspectivas da Indústria Baiana*
- *CREDN promove seminário para discutir Política Externa, Defesa e Inteligência na Projeção Internacional do Brasil*

Plenário do Senado Federal conclui votação do distrato

O plenário do Senado concluiu a votação do PLC 68/2018, que estabelece regras para o distrato na compra de imóveis. Na votação de hoje foram aprovadas as emendas que receberam parecer favorável do relator na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, senador Armando Monteiro (PTB/PE).

Pelo texto, o atraso de até 180 dias para a entrega do imóvel vendido na planta não gera ônus para a construtora. Se o atraso na entrega das chaves for maior que 180 dias, o comprador poderá desfazer o negócio e terá direito a receber tudo o que pagou de volta, além da multa prevista em contrato, em até 60 dias.

Além disso, o projeto permite que as construtoras fiquem com até 50% dos valores pagos pelo consumidor em caso de desistência da compra, quando o empreendimento tiver seu patrimônio separado do da construtora. Para os demais casos, ou seja, fora do patrimônio de afetação, a multa prevista para o consumidor é de até 25%.

Dentre as emendas aprovadas está a que determina a inclusão de quadro-resumo no início do instrumento contratual, com as principais obrigações assumidas, com necessidade de anuência prévia e assinatura específica junto a essas cláusulas.

Como o texto foi alterado pelos Senadores o projeto volta à Câmara dos Deputados.



CTASP aprova dispensa de depósito recursal para as microempresas e reduz à metade o valor referente às empresas de pequeno porte

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou, em 21/11, o Projeto de Lei (PL) 1636/2015, do dep. Ronaldo Lessa (PDT/AL). O projeto foi aprovado na forma da complementação de voto apresentada pelo relator, dep. Benjamin Maranhão (SD/PB), que conclui em um substitutivo.

A complementação de voto formal ainda não foi disponibilizada, contudo, pela leitura do relator durante a reunião, o substitutivo aprovado na CTASP isenta as microempresas do depósito recursal e empresas de pequeno porte teriam o valor do depósito reduzido à metade.

Também são dispensados do depósito recursal os empregadores pessoas físicas que comprovarem renda bruta mensal de até o quádruplo do valor estabelecido em Juízo para o depósito recursal.

A matéria seguirá para análise da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), que analisará o mérito e aspectos de sua constitucionalidade e juridicidade.

CTASP aprova projeto que prevê lavagem das vestimentas dos empregados pelo empregador quando os expuserem a agentes nocivos à saúde ou ao meio ambiente

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aprovou, em 21/11, o Projeto de Lei (PL) 323/2015, do dep. Jorge Solla (PT/BA). O projeto foi aprovado na forma da complementação de voto apresentada pelo relator, dep. Nelson Pellegrino (PT/BA), que conclui em um substitutivo.

A complementação de voto formal ainda não foi disponibilizada, contudo, pela leitura do relator durante a reunião, o substitutivo aprovado na CTASP trata do seguinte:

- ✓ As empresas serão responsáveis pela lavagem dos uniformes ou vestimentas dos seus empregados, **quando fornecidos pelo empregador**, quando os expuserem a agentes nocivos à saúde ou ao meio ambiente, exceto quando for possível a limpeza, pelo seu usuário, com procedimentos ou produtos utilizados para a higienização das vestimentas de uso comum;
- ✓ Serão considerados agentes nocivos à saúde dos empregados aqueles definidos pelas normas de segurança e saúde no trabalho;
- ✓ As microempresas e as empresas de pequeno porte estão excluídas da obrigação.

A matéria seguirá para análise da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), que analisará aspectos de sua adequação financeira e orçamentária, sem análise de mérito.

CVT rejeita a isenção de 60% do IPI sobre veículos automotores novos adquiridos em troca de veículos usados com mais de 17 anos de registro

A Comissão de Viação e Transportes rejeitou hoje o PL 6167/2016, com aprovação do parecer do relator, deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP). O projeto reduz em 60% a cobrança do IPI para todo veículo automotor novo adquirido por um proprietário de outro veículo similar com mais de 17 anos de registro de fabricação, desde que ele seja entregue à concessionária para fins de desmanche. Ainda define os veículos automotores como: automóveis; caminhões; tratores e colheitadeiras; motocicletas. O projeto já foi aprovado na CDEICS com alteração de 17 para 15 anos de registro.

Apesar do propósito louvável de incentivar a renovação da frota veicular, o projeto, ao propor redução do IPI não leva em consideração o fato de que 98% da produção nacional deste tipo de veículo está concentrada na Zona Franca de Manaus, e por isso já possui isenção do IPI. Portanto, uma medida como essa beneficiaria somente os importadores, diminuindo a competitividade dos produtos nacionais e trazendo sérios prejuízos à indústria.

A matéria ainda segue para apreciação da Comissão de Finanças e Tributação.

CDEICS realiza audiência para debater as perspectivas da Indústria Baiana

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio – CDEICS se reuniu em audiência pública, presidida pelo deputado Daniel Almdeida (PCdoB/BA), para debater o “Panorama e perspectivas da Indústria Baiana: Tendências, desafios e oportunidades para o Setor Automotivo e Setores de Petróleo, Gás e Petroquímica”.

O encontro contou com a presença do representante do SENAI-CIMATEC, Daniel Motta; do 1º vice-presidente da ANFAVEA, Rogélio Golfarb; do representante da FIEB, Carlos Danilo Almeida; do presidente da ABIQUIM, Fernando Figueiredo; de representante da secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia - SDE/BA, Jean Freitas; e do professor da UFRJ, Luís Eduardo Duque Dutra.

O representante do SENAI-CIMATEC, Daniel Motta, trouxe panorama geral na Bahia dos setores debatidos apresentando os seguintes dados:

- ✓ Setor automobilístico - o estado possui uma frota de 3,8 milhões de veículos, gerou US\$ 610 milhões em exportações de automóveis de passageiros em 2017 e produzia 174 mil veículos por ano em 2016, sendo a quarta maior UF produtora de veículos do país;
- ✓ Setor de petróleo e gás - a produção diária de petróleo é de 28.812 barris e a de gás natural fica em 7.434 mm³ diários;
- ✓ Setor petroquímico - responsável por 37,33% da produção nacional, possui uma capacidade instalada de 12 milhões de toneladas, e gera 45.000 empregos diretos e indiretos.

Daniel Motta levantou pontos críticos ao desenvolvimento industrial do estado. Os dois citados por ele foram a atual conjuntura econômica e a infraestrutura precária. No que tange à infraestrutura ele apontou a necessidade de se diversificar os meios de transportes do estado, atualmente 81% é via modal rodoviário.

Durante sua fala também apresentou o CIMATEC, centro universitário mantido pelo Senai. O centro já possui US\$ 150 milhões investido, com 42 áreas de competência e mais de 800 funcionários. O SENAI-CIMATEC é especializado em soluções industriais e há projetos para a construção de pistas de testes, que caso seja concretizado representará a superação de um grande gargalo para o setor automobilístico.

O presidente da ABIQUIM, Fernando Figueiredo, trouxe panorama da indústria química brasileira. Ele constatou que a Indústria Química é a 8ª maior do mundo no setor, mas que isso não é um resultado muito animador, uma vez que perdemos 2 posições no último ano para Índia e França. O sucesso desses países veio graças ao desempenho de políticas governamentais impulsionadoras da indústria nesses países. Afirmou que 20% do PIB do estado da Bahia provém da indústria química e apresentou o caso específico de Camaçari, onde 90% da arrecadação do município vem do setor.

Fernando Figueiredo destacou que nos últimos anos o Congresso Nacional aprovou políticas interessantes para a Indústria Química, mas que o Executivo tem demorado para regulamentá-las, exemplificando ele citou a Lei do Gás e da Lei das PPSA.

Rogélio Golfarb chamou a atenção para o fato de que nos últimos anos a indústria tem perdido participação no PIB do país e, em sua visão, isso é extremamente prejudicial. Para exemplificar seu posicionamento ele trouxe que a indústria de transformação, na qual se inclui a indústria automobilística, teve grande contribuição na recuperação da economia mesmo com a perda de espaço apresentada.

Carlos Almeida, assessor da FIEB, apontou que a indústria baiana tem sofrido intempéries nos últimos anos e que o crescimento será praticamente nulo em 2018. Ele também abordou a questão da infraestrutura e, dialogando com a apresentação do representante do Senai, reafirmou a necessidade de diversificação dos modais de transporte no estado. Quando falou sobre a ferrovia que passa pelo estado disse que a FCA tem interesse em renovar a concessão, mas que os termos propostos não são tão interessantes, uma vez que praticamente mantêm a malha rodoviária atual. Explorou também precariedade do setor portuário ao afirmar que o porto de Aratu já está saturado e que desde quando foi construído em 1974 sofreu poucas modernizações substanciais.

Carlos ainda mostrou grande preocupação com os empregos diretos no setor petrolífero na Bahia, dado que em 2010 o setor chegou a ter 10.000 empregos e, atualmente, possui 6.089 em tendência de queda. Ele afirma que



isso é muito preocupante porque um emprego gerado na indústria de petróleo tem a capacidade de gerar outros 10 empregos indiretos.

A deputada Keiko Ota (PSB/SP) encerrou a reunião falando sobre a situação econômica no estado da Bahia e a baixa capacidade de criação de emprego.

CREDN promove seminário para discutir Política Externa, Defesa e Inteligência na Projeção Internacional do Brasil

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados realizou hoje o seminário “Política Externa, Defesa e Inteligência na Projeção Internacional do Brasil”, que contou com a presença do Dr. Carlos Abijaodi, Diretor de Desenvolvimento da Confederação Nacional da Indústria.

O deputado Nilson Leitão iniciou o seminário falando sobre o livre comércio, a cooperação, a migração, os direitos humanos, o combate ao terrorismo, a luta contra o narcotráfico, o tráfico de armas e pessoas e sobre a Política Externa de Defesa e de Inteligência.

Explicou que o intuito do Seminário é apresentar o panorama internacional para subsidiar o próximo Governo. Ressaltou que é do interesse nacional a integração e a estabilidade regionais, o desenvolvimento de países vizinhos, a abertura e consolidação de mercados para os nossos produtos e serviços, a cooperação e geração de confiança das forças armadas nacional e das nações amigas, bem como os respectivos serviços de inteligência contra as organizações criminosas.

Carlos Abijaodi, Diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, iniciou sua fala enaltecendo o papel da política externa para a indústria. Reforçou que a política externa é uma política de Estado e que necessita de definições bem claras.

Abijaodi explicou que o Brasil ainda é muito novo no comércio exterior, mas que já conseguiu se colocar como *player* global, não só nas matérias primas, mas também nas exportações diversificadas. Falou sobre as relações de exportação com países como a Ásia, União Europeia, Estados Unidos e China.

Ainda destacou os temas da Agenda Internacional da Indústria como: acordos comerciais; investimentos brasileiros no exterior; facilitação e desburocratização de comércio exterior; tributação no comércio exterior; financiamento e garantias às exportações; defesa comercial; logística e infraestrutura no comércio exterior. Em relações aos investimentos brasileiros no exterior apontou que a legislação brasileira não contempla a expatriação de empresas nacionais e que isso retira a competitividade

O Diretor da CNI finalizou sua apresentação apontando as áreas de necessidade de atuação do próximo Governo: valorização da relação comercial com os EUA; intensificação da agenda econômica na América Latina; a Reforma tributária, que tem que ser feita para aumentar a competitividade das exportações e a continuidade da agenda de desburocratização. Por fim, solicitou que o novo governo mantenha projetos importantes para as empresas como: a Janela Única de Comércio Internacional; o diálogo com a OEA, que facilita a exportação; o ATA *Carnet*; e a conclusão do andamento das negociações com união europeia, o México e Canadá.

O embaixador Rubens Barbosa, Diretor-Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (IRICE), apresentou temas prioritários para a agenda internacional de 2019 como: a marcação de metas e prioridades das relações internacionais; reinserir o Brasil nos fluxos dinâmicos do comércio e da economia global; fortalecer a voz do Brasil no cenário internacional e cuidar do entorno geográfico. Ressaltou que o Brasil deve melhorar a integração regional e questionou como o Mercosul irá reagir ao livre comércio e às renegociações de acordos internacionais.